

Apoio



ANO 10 Nº 12
Dezembro de 2001

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Índice Social Municipal Ampliado para o RS — 1991-98

O Índice Social Municipal Ampliado (ISMA) visa elencar os municípios e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) segundo suas condições sociais e econômicas. Para tanto, leva em consideração a situação do município em relação a quatro blocos de indicadores: Condições de Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda. Esses blocos totalizam 14 indicadores, que expressam sinteticamente as condições de vida das populações dos municípios gaúchos. Os dados brutos provêm de registros administrativos de diversas fontes públicas municipais, estaduais e federais, que, no entanto, não se restringem somente a atividades governamentais. Assim, o ISMA não deve ser tomado como um indicador de avaliação das gestões públicas. Esse índice pode variar entre zero e um; quanto mais se aproximar do valor um, melhores as condições do município, tanto para o ISMA como para seus blocos. A pontuação individual de cada município permite o estabelecimento de um *ranking* entre eles. A agregação dos dados municipais por Coredes possibilita o *ranking* dos Conselhos.

O índice médio do ISMA em 1998, para um total de 467 municípios, foi de 0,55, que, comparado com o índice médio dos anos 1991-96, período da primeira edição do ISMA, apresentou um incremento de 2,15%.

Os municípios melhor posicionados para o ano de 1998 foram Porto Alegre, Horizontina e Santa Rosa. Nesses municípios, Porto Alegre destacou-se no bloco Condições de Domicílio e Saneamento (0,97); enquanto, tanto em Horizontina como em Santa Rosa, o melhor desempenho ocorreu no bloco Educação: 0,88 e 0,74 respectivamente. Os municípios pior classificados foram Benjamin Constant do Sul, Tunas e Itapuça. O bloco que apresentou o pior desempenho nesses municípios foi Condições de Domicílio e Saneamento, que obteve os seguintes índices, respectivamente: 0,00; 0,14; e 0,10. Cabe destacar que esses municípios não dispõem de água tratada e nem de coleta de esgoto.

Dentre os 10 maiores municípios em número de habitantes, os melhor colocados foram Porto Alegre (0,67), Caxias do Sul (0,59) e Pelotas (0,58), sendo os pior posicionados Viamão (0,47), Gravataí (0,49) e Rio Grande (0,54).

ISMA dos 10 maiores municípios do Rio Grande do Sul — 1998
e média de 1991-96

MUNICÍPIOS	1998			MÉDIA DE 1991-96	
	População	Índice	Ordem	Índice	Ordem
Porto Alegre	1 292 550	0,67	1	0,67	1
Caxias do Sul	339 487	0,59	26	0,58	14
Pelotas	309 142	0,57	46	0,58	13
Canoas	289 787	0,58	42	0,55	40
Novo Hamburgo	235 200	0,56	59	0,56	28
Santa Maria	229 153	0,58	41	0,57	25
Gravataí	213 697	0,49	236	0,51	104
Viamão	205 867	0,47	311	0,46	211
São Leopoldo	185 943	0,56	66	0,53	72
Rio Grande	179 966	0,54	102	0,52	85

FONTE: FEE/NIS.

Para um total de 22 Coredes, destacaram-se os Coredes Metropolitanos Delta do Jacuí (0,62), Serra (0,58) e Fronteira Noroeste (0,58) como os três primeiros colocados. O Corede Metropolitano Delta do Jacuí destacou-se no bloco Condições de Domicílio e Saneamento (0,84), sendo que o bloco Educação foi o de melhor desempenho nos Coredes Serra (0,72) e Fronteira Noroeste (0,75). Os Coredes Nordeste (0,51), Médio Alto Uruguai (0,48) e Centro-Sul (0,48) foram os três pior classificados, apresentando os piores desempenhos no bloco Renda, 0,40 e 0,41, respectivamente, para os dois primeiros Coredes e no bloco Educação (0,41) para o terceiro.

Bem mais importante que o estabelecimento de um *ranking* de municípios e de Coredes, o ISMA visa contribuir para a definição de políticas públicas que reduzam gradativamente as desigualdades em nosso estado.

Carlos Roberto Winckler (FEE/NIS)

Queda na produção física da indústria gaúcha

No mês de setembro, com exceção do indicador acumulado nos últimos 12 meses, todos os demais índices de produção física calculados pelo IBGE registraram taxas negativas, evidenciando a continuidade da trajetória de queda da atividade industrial gaúcha. Esse desempenho vem sendo influenciado pelas dificuldades enfrentadas no mercado interno, decorrentes do racionamento de energia elétrica e da elevação das taxas de juros, mas, principalmente, pelo agravamento da situação externa, devido, em grande parte, à retração da economia norte-americana e ao aprofundamento da crise argentina.

O indicador acumulado de jan.-set./01 mostrou queda na produção em quase todos os gêneros pesquisados, destacando-se, como principais contribuições negativas para a formação da taxa global, química (-6,1%) e produtos alimentares (-5,1%), explicadas, segundo o IBGE, pelo fraco desempenho da produção de nafta e de farelo de soja respectivamente.

Nesse cenário contracionista, a queda na produção industrial só não foi maior em razão da continuidade do bom desempenho dos gêneros mecânica e material de transporte, impulsionados pela produção de colheitadeiras agrícolas e de reboques.

Taxa de crescimento da produção física industrial, por classes e gêneros selecionados da indústria, no Rio Grande do Sul — set./01

CLASSES E GÊNEROS	IGUAL MÊS DO ANO ANTERIOR	ACUMULADO JAN-SET	ACUMULADO EM 12 MESES
Química.....	-7,48	-6,05	-6,89
Produtos alimentares	-1,77	-5,06	-5,77
Mecânica	10,50	19,85	26,87
Material de transporte	-6,43	5,16	8,72
Indústria de transformação	-3,91	-0,50	0,92
Indústria geral	-3,93	-0,57	0,85

FONTE: IBGE.

Maria Lucrécia Calandro (FEE/NEI)

Juros altos e desvalorização cambial propiciam boa rentabilidade aos bancos

No primeiro semestre de 2001, tal como havia ocorrido em 1999, a prática pelo Governo de uma política de taxa de juros elevada, aliada à desvalorização cambial ocorrida nesses períodos, favoreceu o resultado dos bancos.

Em 1999, a mediana da rentabilidade das instituições bancárias — medida pelo quociente entre lucro líquido e patrimônio líquido — foi de 16,6%, superior aos 11,7% em 1998. O lucro dos 100 maiores bancos, nesse ano, ficou em R\$ 12,5 bilhões, enquanto no ano anterior havia sido de R\$ 5,1 bilhões, um crescimento em torno de 145%. Quanto ao primeiro semestre de 2001, a rentabilidade dos intermediários financeiros atingiu 20%, a maior dos últimos 10 anos.

Os resultados acima refletem, principalmente, os ganhos de tesouraria, obtidos através da compra de títulos do Governo com taxas de juros elevadas, da aquisição de ativos públicos com correção cambial, objetivando a formação de *hedge*, e de operações com o dólar.

A série analisada mostra que a rentabilidade tem sido sempre boa. Nos anos em que o resultado dos bancos não foi puxado pelos ganhos de tesouraria, a rentabilidade, apesar de não ter sido tão elevada, foi apreciável, tendo sido influenciada por receitas


mais tradicionais, como cobrança de tarifas por prestação de serviços, administração de recursos de terceiros, venda de produtos financeiros, do tipo previdência privada, seguros e capitalização.

Medianas da rentabilidade do patrimônio líquido dos bancos no Brasil — 1997-1º sem./01

ANOS	RENTABILIDADE
1997	9,9
1998	11,7
1999	16,6
2000	10,8
2001 (1º sem.)	20,0


FONTE: FGV.

Edison Marques Moreira (FEE/NEESF)



crédito assistido
Apoio Técnico e Crédito para Pequenas Empresas

Você não precisa ser grande para ter crédito e acompanhamento técnico.



Danisul
Melhor porque é nosso

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
Estado de Participação Popular

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-out./01

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB (1)	TAXA DE INVESTIMENTO (2)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DE PREÇOS (4)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA
	(IBGE)	(% do PIB) (IPEA)	(% da PEA) (IBGE)	(IPCAV) (IBGE)	(Bacen)	Índice (base fixa ago./94 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./91 = 100)	Taxa de Variação (4)	(saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
Dez./92	-0,6	18,1	4,5	124,8	-8,2	124,7	7,2	...
Dez./93	4,9	18,5	4,4	2 477,7	...	112,9	-9,5	134,7	8,0	...
Dez./94	5,9	21,3	3,4	916,5	56,4	88,6	-21,5	144,8	7,5	17 265
Dez./95	4,2	19,3	4,4	22,4	38,9	99,8	12,6	159,8	10,3	20 746
Dez./96	2,7	20,9	3,8	10,1	23,0	98,6	-1,2	159,3	-0,3	20 106
Dez./97	3,3	22,1	4,8	5,2	40,9	93,7	-5,4	166,3	4,4	32 283
Dez./98	0,2	20,6	6,3	1,7	39,4	99,1	5,8	164,4	-1,1	39 285
Set./99	-0,7	19,1	7,4	6,3	19,0	129,5	32,3	158,6	-3,8	39 041
Out./99	-	-	7,5	7,5	19,0	132,1	31,6	157,0	-4,9	37 012
Nov./99	-	-	7,3	8,6	19,0	124,0	24,1	157,0	-5,0	37 962
Dez./99	0,5	19,0	6,3	8,9	19,0	115,8	16,9	157,1	-4,5	45 407
Jan./00	-	-	7,6	8,9	19,0	112,8	-6,9	157,6	-4,3	45 753
Fev./00	-	-	8,2	7,9	19,0	110,2	-22,3	157,8	-2,9	42 197
Mar./00	2,2	19,3	8,1	6,9	19,0	108,2	-20,1	158,1	-1,6	40 906
Abr./00	-	-	7,8	6,8	18,5	109,4	-10,1	158,1	-1,1	38 549
Mai./00	-	-	7,8	6,5	18,5	111,3	-8,6	158,7	-0,9	38 460
Jun./00	3,5	19,3	7,4	6,5	17,5	110,7	-11,5	158,4	-1,2	37 924
Jul./00	-	-	7,2	7,1	16,5	107,0	-14,5	157,0	-1,6	37 141
Ago./00	-	-	7,1	7,9	16,5	103,7	-20,4	156,4	-1,7	37 855
Set./00	4,3	19,9	6,7	7,8	16,5	104,1	-19,6	155,9	-1,7	38 060
Out./00	-	-	6,8	6,7	16,5	105,5	-20,1	156,9	-0,1	39 299
Nov./00	-	-	6,2	6,0	16,5	109,1	-12,0	159,6	1,6	40 006
Dez./00	4,4	19,8	4,8	6,0	15,8	109,8	-5,2	160,1	1,9	46 304
Jan./01	-	-	5,7	6,0	15,8	110,7	-1,9	160,7	2,0	46 459
Fev./01	-	-	5,7	6,3	15,8	112,0	1,6	160,1	1,5	44 300
Mar./01	4,2	21,5	6,5	6,4	16,3	114,5	5,8	160,2	1,3	43 306
Abr./01	-	-	6,5	6,6	16,3	117,9	7,4	159,4	0,8	43 543
Mai./01	-	-	6,9	7,0	16,8	123,1	10,6	-	-	43 636
Jun./01	3,6	20,7	6,4	7,4	18,3	124,3	12,3	-	-	43 936
Jul./01	-	-	6,2	7,1	19,0	126,6	18,3	-	-	45 004
Ago./01	-	-	6,2	6,4	19,0	129,5	25,0	-	-	45 010
Set./01	-	20,1	6,2	6,5	19,0	138,2	33,0	-	-	45 133
Out./01	-	-	6,6	7,2	19,0	-	-	-	-	45 430

(continua)

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-out./01

MESES E ANOS	NECESSI- DADES PRIMÁRIAS DE FINANÇIA- MENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas de liquidez internacional (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (7)		Exportações (1)	Importações (1)	Transações correntes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos		
Dez./92	89,52	-3,7	4,6	(8) 69,0	13,4	-2,3	1,57	23 754	...
Dez./93	97,13	7,5	9,5	(8) 72,0	8,1	25,1	-0,14	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	10,8	(8) 77,0	12,3	28,7	-0,31	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	4,3	(8) 83,0	6,8	51,1	-2,55	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	14,9	(8) 79,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	10,7	(8) 81,0	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	8,4	-	-3,5	-6,2	-4,34	3,37	0,97	44 556	241 777
Set./99	-2,77	49,2	124,79	-2,6	6,8	-	-11,5	-15,8	-4,89	5,22	-0,32	42 562	...
Out./99	-3,00	48,8	127,07	-2,0	7,4	83,0	-9,6	-16,1	-4,59	5,12	-0,53	40 053	...
Nov./99	-3,24	47,8	124,07	-1,4	7,4	-	-8,6	-15,8	-4,68	5,38	-0,70	42 175	...
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	7,6	-	-6,1	-14,9	-4,80	5,40	-0,60	36 342	241 468
Jan./00	-3,16	47,1	106,32	4,9	7,5	81,3	-3,3	-14,0	-4,48	5,68	-1,20	37 560	240 151
Fev./00	-3,27	47,4	112,71	10,3	8,1	-	-0,7	-11,0	-4,46	5,07	-0,61	38 364	240 663
Mar./00	-3,31	47,0	120,21	8,0	7,7	-	1,5	-7,9	-4,40	5,13	-0,73	39 200	242 536
Abr./00	-3,52	47,5	115,48	6,8	7,3	83,1	4,3	-5,4	-4,44	4,91	-0,47	28 721	230 069
Mai./00	-3,83	47,4	126,81	6,7	7,1	-	6,2	-2,7	-4,40	4,92	-0,52	28 570	231 346
Jun./00	-3,59	46,5	127,86	6,9	7,0	-	8,6	-1,7	-4,27	5,12	-0,85	28 265	232 288
Jul./00	-3,18	49,5	130,26	6,9	7,3	82,8	12,5	2,5	-4,18	5,30	-1,12	29 214	232 812
Ago./00	-3,53	48,6	136,35	7,1	7,1	-	14,5	4,7	-4,05	5,21	-1,16	31 385	232 440
Set./00	-3,33	48,5	129,22	6,7	6,7	-	16,5	8,6	-4,06	5,00	-0,94	31 431	232 387
Out./00	-3,25	49,0	136,19	6,8	6,4	84,1	16,5	11,3	-4,19	4,95	-0,76	30 393	231 575
Nov./00	-3,63	49,7	130,47	6,6	6,0	-	16,5	12,7	-4,19	5,57	-1,38	32 533	231 526
Dez./00	-3,56	49,3	120,27	6,7	5,7	-	14,7	13,8	-4,15	5,52	-1,37	33 011	236 157
Jan./01	-3,62	48,9	119,07	12,0	6,0	82,1	15,8	17,3	-4,42	5,33	-0,91	35 598	238 298
Fev./01	-3,54	49,6	114,80	6,8	5,1	-	13,7	14,8	-4,57	5,27	-0,70	35 413	238 230
Mar./01	-3,53	50,2	130,16	7,3	5,6	-	13,6	15,4	-4,74	5,30	-0,56	34 407	220 560
Abr./01	-3,90	50,4	122,35	7,0	-	83,9	13,6	15,9	-4,68	5,48	-0,80	34 653	...
Mai./01	-3,79	51,9	132,62	6,4	-	-	12,7	15,9	-4,84	5,61	-0,78	35 459	...
Jun./01	-3,91	51,3	126,49	5,1	-	-	11,9	15,9	-4,85	5,28	-0,43	37 318	224 025
Jul./01	-4,05	52,8	132,00	4,5	-	80,9	9,9	13,9	-5,05	4,87	0,17	35 552	224 411
Ago./01	-3,78	54,0	135,70	3,8	-	-	7,8	11,2	-5,06	4,75	0,31	36 299	226 818
Set./01	-3,80	54,8	126,81	3,1	-	-	6,8	8,0	-5,00	4,80	0,19	40 054	-
Out./01	-3,95	54,4	-	-	-	79,9	6,8	5,8	-4,87	4,72	0,14	37 492	-

FONTE: IPEA, IBGE, Bacen, DIEESE, FGV, IBRE, Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos sete dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual acumulada nos últimos 12 meses. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Canadá, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda e Suíça). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual da média dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (8) Refere-se ao mês seguinte.

Carta de Conjuntura - Ano 10 nº 12

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — dez./97-nov./01

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA (2)			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (8)	CUB (9)
Dez./97	6,1	115,56	98,08	108,92	198,5	38,5	41,9	306,3	97,80	427,53
Dez./98	-0,5	110,68	95,78	96,24	227,0	45,5	52,8	348,6	96,48	447,48
Set./99	-	135,08	99,33	99,74	221,2	96,2	45,1	400,6	105,00	471,72
Out./99	-	141,43	105,99	100,37	220,8	93,4	42,6	399,2	105,73	475,35
Nov./99	-	137,39	111,39	101,30	225,2	100,7	42,9	415,1	106,84	479,73
Dez./99	3,6	126,87	114,63	102,24	247,7	94,6	42,4	413,3	107,76	482,01
Jan./00	-	119,56	114,69	114,69	249,9	96,8	86,6	477,4	108,69	486,17
Fev./00	-	130,89	118,76	116,78	216,2	97,9	48,9	413,0	109,12	491,65
Mar./00	-	157,02	109,31	113,78	219,5	99,3	42,4	409,2	109,51	493,24
Abr./00	-	146,48	103,19	110,78	239,6	103,6	43,2	437,3	109,71	499,53
Mai./00	-	158,40	112,47	111,13	205,1	93,9	46,6	399,4	109,93	491,85
Jun./00	-	152,97	106,79	110,33	243,1	95,3	50,6	448,3	109,97	491,02
Jul./00	-	153,46	109,17	110,16	237,4	98,5	52,3	446,5	111,83	504,90
Ago./00	-	157,69	113,14	110,55	239,2	101,7	55,3	456,0	113,84	509,16
Set./00	-	139,83	103,51	109,75	270,7	103,3	53,8	493,3	114,02	510,35
Out./00	-	151,24	106,94	109,46	289,6	68,4	49,3	475,7	114,51	519,58
Nov./00	-	147,92	107,67	109,29	319,6	72,9	48,2	508,4	115,11	518,65
Dez./00	4,6	128,61	101,37	108,66	307,1	75,2	47,0	497,3	115,39	519,24
Jan./01	-	129,10	107,98	107,98	336,7	70,1	99,4	571,2	117,19	520,81
Fev./01	-	127,38	97,30	102,40	298,7	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	156,17	99,47	101,27	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,36	104,14	102,03	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai./01	-	154,77	97,72	101,07	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,78	96,61	100,28	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,36	98,63	100,03	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,48	99,23	99,92	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	-	-	-	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	-	-	-	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	-	-	-	-	-	-	-	123,37	565,12

(continua)

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-out./01

MESES E ANOS	NECESSI- DADES PRIMÁRIAS DE FINANCI- AMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez interna- cional) (US\$ milhões (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (7)		Exportações (1)	Importações (1)	Transações correntes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos		
Dez./92	89,52	-3,7	4,6	(8) 69,0	13,4	-2,3	1,57	23 754	...
Dez./93	97,13	7,5	9,5	(8) 72,0	8,1	25,1	-0,14	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	10,8	(8) 77,0	12,3	28,7	-0,31	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	4,3	(8) 83,0	6,8	51,1	-2,55	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	14,9	(8) 79,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	10,7	(8) 81,0	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	8,4	-	-3,5	-6,2	-4,34	3,37	0,97	44 556	241 777
Set./99	-2,77	49,2	124,79	-2,6	6,8	-	-11,5	-15,8	-4,89	5,22	-0,32	42 562	...
Out./99	-3,00	48,8	127,07	-2,0	7,4	83,0	-9,6	-16,1	-4,59	5,12	-0,53	40 053	...
Nov./99	-3,24	47,8	124,07	-1,4	7,4	-	-8,6	-15,8	-4,68	5,38	-0,70	42 175	...
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	7,6	-	-6,1	-14,9	-4,80	5,40	-0,60	36 342	241 468
Jan./00	-3,16	47,1	106,32	4,9	7,5	81,3	-3,3	-14,0	-4,48	5,68	-1,20	37 560	240 151
Fev./00	-3,27	47,4	112,71	10,3	8,1	-	-0,7	-11,0	-4,46	5,07	-0,61	38 364	240 663
Mar./00	-3,31	47,0	120,21	8,0	7,7	-	1,5	-7,9	-4,40	5,13	-0,73	39 200	242 536
Abr./00	-3,52	47,5	115,48	6,8	7,3	83,1	4,3	-5,4	-4,44	4,91	-0,47	28 721	230 069
Mai/00	-3,83	47,4	126,81	6,7	7,1	-	6,2	-2,7	-4,40	4,92	-0,52	28 570	231 346
Jun./00	-3,59	46,5	127,86	6,9	7,0	-	8,6	-1,7	-4,27	5,12	-0,85	28 265	232 288
Jul./00	-3,18	49,5	130,26	6,9	7,3	82,8	12,5	2,5	-4,18	5,30	-1,12	29 214	232 812
Ago./00	-3,53	48,6	136,35	7,1	7,1	-	14,5	4,7	-4,05	5,21	-1,16	31 385	232 440
Set./00	-3,33	48,5	129,22	6,7	6,7	-	16,5	8,6	-4,06	5,00	-0,94	31 431	232 387
Out./00	-3,25	49,0	136,19	6,8	6,4	84,1	16,5	11,3	-4,19	4,95	-0,76	30 393	231 575
Nov./00	-3,63	49,7	130,47	6,6	6,0	-	16,5	12,7	-4,19	5,57	-1,38	32 533	231 526
Dez./00	-3,56	49,3	120,27	6,7	5,7	-	14,7	13,8	-4,15	5,52	-1,37	33 011	236 157
Jan./01	-3,62	48,9	119,07	12,0	6,0	82,1	15,8	17,3	-4,42	5,33	-0,91	35 598	238 298
Fev./01	-3,54	49,6	114,80	6,8	5,1	-	13,7	14,8	-4,57	5,27	-0,70	35 413	238 230
Mar./01	-3,53	50,2	130,16	7,3	5,6	-	13,6	15,4	-4,74	5,30	-0,56	34 407	220 560
Abr./01	-3,90	50,4	122,35	7,0	-	83,9	13,6	15,9	-4,68	5,48	-0,80	34 653	...
Mai/01	-3,79	51,9	132,62	6,4	-	-	12,7	15,9	-4,84	5,61	-0,78	35 459	...
Jun./01	-3,91	51,3	126,49	5,1	-	-	11,9	15,9	-4,85	5,28	-0,43	37 318	224 025
Jul./01	-4,05	52,8	132,00	4,5	-	80,9	9,9	13,9	-5,05	4,87	0,17	35 552	224 411
Ago./01	-3,78	54,0	135,70	3,8	-	-	7,8	11,2	-5,06	4,75	0,31	36 299	226 818
Set./01	-3,80	54,8	126,81	3,1	-	-	6,8	8,0	-5,00	4,80	0,19	40 054	-
Out./01	-3,95	54,4	-	-	-	79,9	6,8	5,8	-4,87	4,72	0,14	37 492	-

FONTE: IPEA, IBGE, Bacen, DIEESE, FGV, IBRE, Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos sete dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual acumulada nos últimos 12 meses. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Canadá, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda e Suíça). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual da média dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (8) Refere-se ao mês seguinte.

Carta de Conjuntura - Ano 10 nº 12

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — dez./97-nov./01

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$ mil)	VARIÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE INFORMAÇÕES DO SPC (%)	
		Taxa de Desemprego		Ocupa- dos (10)	Assala- riados (11)	Industrial	Total		Registro	Cancelamento
		Aberto	Total							
Dez./97	-	-	-	752	726	-	-	-	-	-
Dez./98	-	11,2	17,3	765	749	505 688	1 476 232	412 168	-0,9	23,1
Set./99	2 135	12,0	19,6	718	726	573 094	1 490 392	441 102	-10,0	-31,9
Out./99	7 884	11,9	19,7	720	727	556 736	1 430 979	437 790	64,4	-61,7
Nov./99	8 894	11,7	19,7	720	727	564 829	1 460 697	404 187	-11,4	3,2
Dez./99	-11 311	11,1	18,1	729	720	577 884	1 573 375	465 523	30,7	40,9
Jan./00	6 367	10,3	16,7	711	697	504 010	1 662 231	339 539	-23,4	-33,7
Fev./00	7 374	10,2	16,8	703	686	590 670	1 721 907	351 781	3,9	7,5
Mar./00	12 922	10,8	17,7	693	693	595 849	1 698 334	415 601	33,9	7,9
Abr./00	14 283	11,4	18,8	706	705	616 814	1 640 732	467 414	-10,5	10,2
Mai/00	2 625	11,5	18,4	723	717	651 664	1 623 447	472 396	20,8	10,1
Jun./00	639	11,3	17,8	733	721	635 844	1 578 796	573 501	-16,7	0,9
Jul./00	- 475	11,2	16,8	742	717	638 838	1 602 501	604 322	2,0	-0,7
Ago./00	87	11,0	16,5	732	72	643 196	1 604 892	630 930	17,6	1,7
Set./00	6 440	10,6	16,2	719	710	632 876	1 583 907	498 411	-16,7	-4,4
Out./00	6 173	10,0	16,3	709	708	624 813	1 558 757	486 019	63,1	-13,6
Nov./00	8 689	9,6	15,9	704	699	623 480	1 580 276	487 985	-45,2	-1,2
Dez./00	-11 632	9,3	15,0	707	698	609 475	1 630 893	452 039	24,4	35,7
Jan./01	6 019	9,1	14,4	702	703	525 439	1 682 432	414 295	-27,9	-31,5
Fev./01	3 426	9,3	14,7	705	714	602 228	1 739 468	400 950	-17,6	-16,7
Mar./01	10 016	9,6	15,4	691	709	615 360	1 803 647	520 790	74,2	33,9
Abr./01	15 810	10,2	15,6	697	713	643 148	1 756 774	489 574	-2,2	-1,0
Mai/01	-5 421	10,2	15,4	686	691	618 173	1 602 540	638 054	-6,3	15,5
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	688	688	653 234	1 579 597	632 236	-20,0	-11,7
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	677	677	631 391	1 516 081	658 093	15,9	13,1
Ago./01	6 854	9,6	14,3	680	680	628 535	1 533 749	673 810	-10,8	-14,3
Set./01	7 532	9,8	14,5	695	701	607 149	1 510 227	569 020	-20,2	-20,7
Out./01	-	10,2	15,3	-	-	598 559	1 480 961	494 824	19,2	17,4
Nov./01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. SPC. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Pesquisa Industrial Mensal. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de maio/01. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 1991 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Base: abr./98 = 100. (9) Em R\$. (10) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (11) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Mercados agrícolas oligopsônicos necessitam da regulação do Estado

Dados recentes mostram que quatro empresas respondem por 35% do mercado nacional de laticínios, e apenas duas, a Elegê e a Parmalat, por 70% do mercado gaúcho. São níveis de concentração industrial expressivos e especialmente altos quando referidos ao Rio Grande do Sul. Nesse caso, caracteriza-se uma elevadíssima concentração de compradores no mercado do leite *in natura*, o que, aliado a um perfil atomístico e homogêneo da oferta, configura um mercado de corte oligopsônico, no qual as indústrias em conjunto tendem a administrar preços, estabelecendo-os abaixo dos níveis considerados normais no mercado. Isso significa transferências importantes de renda do produtor rural para a indústria, ou, mais propriamente, para o resto da economia, via mecanismo de preços. Segundo os produtores e suas associações, este é justamente o caso do mercado leiteiro no Rio Grande do Sul. E, sendo assim, estamos diante de um conflito distributivo de renda a requerer a intervenção reguladora do Estado.

Além disso, se é verdade que a reestruturação dos laticínios, envolvendo concentração e internacionalização empresarial, teve como consequência um aumento expressivo da produtividade do leite *in natura* — evidenciando a face progressista e racional do processo —, é inquestionável, por outro lado, que os avanços

econômicos já estão a cobrar seu preço no campo social em termos de uma redução brutal do número de pequenos produtores de leite. Aqui, também, se abre um espaço para políticas públicas compensatórias.

Indicadores de produtividade no abastecimento industrial de leite *in natura* no Brasil — 1998 e 2000

MAIORES LATICÍNIOS	NÚMERO DE FORNECEDORES		PRODUTIVIDADE MÉDIA (litros/dia/produtor)	
	1998	2000	1998	2000
Nestlé	28 920	14 142	129	270
Parmalat	16 052	15 550	139	162
Itambé	15 369	8 400	134	252
Elegê	34 402	32 188	48	65
Total das 12 maiores	152 455	114 450	98	135

FONTE: **Gazeta Mercantil** (28.08.01).

Maria D. Benetti (FEE/NEA)

Reunião da OMC: disposição de diálogo

Após a abertura ao Exterior e a globalização, que marcaram os anos 90, os países em desenvolvimento começam a reagir, conscientes de que estas têm servido muito mais aos países ricos. As barreiras tarifárias, sanitárias e ambientais, bem como os subsídios aos produtores dos países ricos, têm limitado as exportações das nações em desenvolvimento, especialmente de produtos agrícolas. Isso não afeta apenas a balança comercial dos países prejudicados. Também ceifa milhões de empregos e afeta suas rendas internas. Por isso, os países em desenvolvimento têm aumentado suas reivindicações junto à OMC.

A reunião de Doha, em novembro, teve avanços, ainda que tênues, para os países menos desenvolvidos. Obteve-se a inclusão da agricultura — antes tratada em um acordo em separado — no sistema multilateral de comércio da OMC. Os europeus também aceitaram discutir futuramente seu sistema de subsídios e protecionismo, o que antes se recusavam a fazer.

De uma forma geral, os países desenvolvidos procuraram demonstrar maior disposição a negociar. O quadro recessivo que atinge os Estados Unidos, a Europa e o Japão fazia esperar desses países uma firme defesa do protecionismo, em Doha. Entretanto prevaleceu uma posição mais flexível, que pode ser atribuída à busca de legitimidade e ao apoio internacional na guerra ao terrorismo.

Ainda é cedo para se avaliarem os resultados do que foi acertado em Doha, mas tudo indica que melhoraram as condições para que os países em desenvolvimento obtenham avanços em suas reivindicações.

Algumas barreiras a produtos agropecuários brasileiros na União Européia

TIPOS DE BARREIRAS	PRODUTOS
Tarifas específicas	Animais vivos, carnes, produtos lácteos, frutas e legumes, arroz, azeite, açúcar, vinho, bebidas espirituosas, tabaco
Quotas tarifárias	Açúcar, bananas, Hilton <i>beef</i> , carne de frango, pescado, carne de búfalo
Barreiras sanitárias e fito-sanitárias	Carne bovina com osso e <i>in natura</i> , carne suína fresca, carne de ovinos, sementes, cítricos <i>in natura</i>
Preços de entrada, salvaguardas especiais, sazonalidade, etc.	Frutas e hortaliças, açúcar, carne de frango, sal a granel, tabaco, pastas alimentícias, artigos de confeitaria sem cacau

FONTE: Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

Mercado de trabalho para jovens e Programa Primeiro Emprego

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, a taxa de participação dos jovens na faixa etária de 15 a 24 anos no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul retraiu-se de 74,35% em 1992 para 66,26% em 1999, reduzindo a pressão desse contingente da força de trabalho sobre o mercado de trabalho. Não obstante, a situação do jovem no mercado de trabalho tornou-se muito crítica durante os anos 90. Conforme a PNAD, em 1992 havia no Rio Grande do Sul 105,9 mil jovens desempregados, o que correspondia a uma taxa de desemprego aberto de 9,07% desse contingente da força de trabalho. Em 1999, o número de jovens desempregados no Estado tinha se elevado para 175,2 mil, o que representou um crescimento de 65,44%, colocando a sua taxa de desemprego aberto no patamar de 15,61%. A título de comparação, a taxa média de desemprego aberto no Rio Grande do Sul era de 7,30% nesse mesmo ano, ou seja, menos da metade daquela dos jovens. Pode-se ainda ressaltar que, em 1999, os jovens desempregados representavam 43,99% do número total de desempregados no Estado.

Foi nesse quadro de muita dificuldade que o Rio Grande do Sul passou a contar, a partir de setembro de 1999, com uma nova política pública para os jovens no mercado de trabalho, com o início da implementação do Programa Primeiro Emprego do Governo do Estado. O Programa tem como objetivo favorecer a inserção dos jovens na faixa etária de 16 a 24 anos no mercado de trabalho, propiciando às empresas habilitadas um repasse de até R\$ 250,00 reais por jovem contratado, durante os primeiros seis meses de trabalho. As contratações podem corresponder a até 20% da mão-de-obra das empresas no momento anterior à adesão ao Programa. De outra parte, a habilitação dos jovens inscritos no Programa tem como condição a comprovação de matrícula e frequência no sistema oficial de ensino.

Após dois anos de existência, é possível identificarem-se alguns resultados obtidos pelo Programa. O número total de empresas habilitadas em setembro de 2001 era de 6.385, e o total de jovens contratados era de 11.048, o que representava 1,73 contratação por empresa. No que diz respeito aos rendimentos, a remuneração média dos contratados correspondia a R\$ 240,12. Pode-se também constatar que empresas localizadas em 360 municípios do Estado tinham oferecido vagas através do Programa Primeiro Emprego.

Caberia ainda fazer referência ao fato de que as contratações do Programa são concentradas principalmente em empresas de pequeno porte, pois 78,91% destas foram feitas em firmas com até cinco empregados, e 15,29%, em empresas com seis a 15 empregados.

Finalmente, em termos setoriais, a maior participação de empresas no Programa verifica-se no comércio (58,25%), seguido por serviços (23,02%), indústria (16,65%) e atividades rurais (2,08%).

Indicadores selecionados do Programa Primeiro Emprego — 1999-01

INDICADORES	
Total de empresas habilitadas	6 385
Total de jovens contratados	11 048
Média de contratação por empresa	1,73
Salário médio dos contratados (R\$)	240,12
Número de municípios com vagas oferecidas ..	360

FONTE: <http://www.primeiroemprego.rs.gov.br>

NOTA: Dados atualizados em 10.09.01.

Raul Luís Assumpção Bastos (FEE/NET)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 06.12.01).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 2.700 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser
 Presidente: José Antonio Fialho Alonso
 Diretor Técnico: Flávio B. Fligenspan
 Diretor Administrativo: Celso Anversa

Conselho Editorial da Carta: Flávio B. Fligenspan,
 Guilherme Xavier Sobrinho, Jorge da Silva Accurso e
 Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
 Rua Duque de Caxias, 1691 Porto Alegre - CEP 90010-283
 e-mail conjuntura@fee.tche.br
www.fee.tche.br

EDITORIAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Sidonia Therezinha Hahn Calvete. Revisoras: Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca e Roselane Vial.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal, Lenoir Buss e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.